**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA SURDA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Marcia Pereira de Sousa

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: [mps\_mar@hotmail.com](mailto:mps_mar@hotmail.com)

Daniel Lima Ribeiro

Professor Intérprete de Libras da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão – SEDUC/MA. E-mail: [danielicmjf@gmail.com](mailto:danielicmjf@gmail.com)

**RESUMO**

Estamos vivenciados atualmente uma acrescente inserção de alunos surdos nas instituições escolares. A matricula dos indivíduos surdos é garantida por lei, mas sabemos que a efetivação da matricula não garante de fato as condições necessárias para permanência dos alunos surdos no contexto escolar. Diante do exposto, torna-se imprescindível compreender a cultura surda para que esses indivíduos sejam respeitados em suas peculiaridades e seus direitos. Pretende-se com essa pesquisa analisar alguns aspectos da cultura surda e como ocorre o processo de construção e valorização da cultura surda no processo de escolarização dos sujeitos surdos. Para esse objetivo, buscamos como metodologia verificar alguns trabalhos produzidos que focalizam na cultura surda, identidade surda e educação inclusiva e levantamento da legislação referente ao tema, bem como realização de observação participante realizada uma escola de ensino médio. Essa pesquisa está em andamento e pretende-se com os resultados alcançar a compreensão da cultura surda e suas implicações para a relação entre surdos e ouvintes.

**Palavras-chave:** Cultura surda. Surdo. Ambiente escolar. Libras. Língua de Sinais.

**INTRODUÇÃO**

Sabemos que, em nosso país, há tempos, observa-se a inserção de temas relacionados a educação de surdos e as políticas educacionais implantadas para esse segmento da sociedade. É verdade que esta inserção foi possível após a aprovação das leis que balizam e servem de pressupostos para a efetivação da educação de surdos, porém ainda vigoram como leis pouco conhecidas e muitas vezes desrespeitadas pela gestão pública. De certo, que os indivíduos surdos estão, cada vez mais, ocupando lugares em diversos âmbitos sociais e principalmente no ambiente escolar, onde suas especificidades devem ser respeitadas com mais afinco, porém, o que se percebe é a dicotomia entre o que foi oficializado e o que é vivenciado.

Os desafios enfrentados pelos indivíduos surdos, no tocante à aceitação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e ao respeito às suas particularidades culturais, são constantes na história da educação brasileira, tornando-se uma das principais razões do abandono escolar e desestimulo dos surdos no que se refere aos estudos.

Diante do exposto, nos dedicamos a analisar alguns aspectos da cultura surda e seus efeitos no ambiente escolar. Pretende-se com essa pesquisa analisar alguns aspectos da cultura surda e como ocorre o processo de construção e valorização da cultura surda no processo de escolarização dos sujeitos surdos. Para esse objetivo, buscamos como metodologia verificar alguns trabalhos produzidos que focalizam na cultura surda, identidade surda e educação inclusiva na perspectiva de estudo de caso e levantamento da legislação referente ao tema, bem como realização de observação participante realizada uma escola de ensino médio.

Reconhecemos que os trabalhos analisados são pensados em uma perspectiva vivenciada em outros locais, mas essas pesquisas podem contribui para compreensão das nossas experiências no contexto de educação de surdos. Essa pesquisa está em andamento e pretende-se com os resultados alcançar a compreensão da cultura surda e suas implicações para a relação entre surdos e ouvintes.

**REFLEXÕES SOBRE A CULTURA SURDA**

Ao estudar sobre um determinado grupo é preciso antes caracterizá-lo como tal, para isso torna-se necessária a compreensão das principais características que compõem o grupo, ou seja, a sua cultura. A construção da cultura surda se dá pela aceitação daquilo que o torna diferente juntamente pelo contexto diversificado que se apresentam os indivíduos, mas principalmente a valorização daquilo que se tem como seu, o que o diferencia e caracteriza. Desta forma, a cultura surda está em constante construção, ressignificação e interação entre surdos e surdos e surdos e ouvinte, na dialética construção do si e da imagem do outro como sujeito.

Os próprios surdos, aqueles que lutam pelo respeito e direito apontam diferenças entre “surdo” e “deficiente auditivo”. A palavra deficiente se refere à falta de algo, o que é imperfeito, incompleto, muitas vezes carrega um tom pejorativo. Os surdos não se vêem assim, pois para eles nada falta, eles podem falar com as mãos, se comunicar através da comunicação espaço-visual, e isso não significa de modo algum que eles sejam deficientes, mas simplesmente diferentes.

Um breve relato feito por uma professora surda apresenta de forma interessante e reflexiva a situação cotidiana que os surdos enfrentam:

“Essa história de dizer que surdo não fala, que é mudo, está errada (...) sou contra os termos surdo-mudo e deficiente auditivo porque têm preconceito (pausa) vocês sabem quem inventou o termo deficiente auditivo? ((pausa longa)) Os médicos!” (...) “Eu tô aqui para explicar como é a vida do surdo, da cultura, da nossa identidade” (...) “normal = ouvinte” (...) “ e o surdo? É anormal? ” “Tô dizendo isso porque em geral os ouvintes quando se referem aos seus filhos ouvintes que têm algum probleminha de audição, os médicos dizem não se preocupem mamãe, seu filho é normal, ele não é surdo! (gravação em vídeo, 2003)”. (GESSER 2012, p.111)

Em muitos momentos da história os surdos foram narrados como deficientes e incapazes - é importante ressaltar que essas narrativas partiam de sujeitos ouvintes. O que acontecia ao diagnosticar uma pessoa com surdez era que ela passava por um processo de enquadramento e padronização, para isso as pessoas surdas eram submetidas a vários tratamentos, em busca da “normalização” de um padrão ouvinte pré-estabelecido.

Um fato que marcou muito a história da comunidade surda foi o II Congresso Internacional de Milão, no período de 6 a 11 de setembro de 1880, onde ouvintes determinaram que os surdos não mais poderiam utilizar da Língua de Sinais para se comunicar, precisariam se adequar à comunicação dos ouvintes e deveriam ser estimulados a desenvolver a fala. Por muito tempo os surdos foram caracterizados como grupo minoritário que precisava se adequar aos padrões ditos normais, ou estariam de certa forma, excluídos da sociedade.

A criação do “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, fundado em 1857, marcou a educação de surdos no Brasil, a instituição ajudou a difundir a concepções educacionais e metodológicas para ensino de surdos.

No contexto atual, onde se discuti muito sobre as aceitações de diferenças, os surdos constituíram-se como um grupo e como tal lutam por seus direitos, no caso do Brasil um desses direitos foi a oficialização da Língua de Brasileira de Sinais - Libras, com a Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002, que se estabelece como um elemento cultural e de identidade desse grupo. A Libras é tida como elemento fundamental da cultura surda e serve a comunidade surda como uma ferramenta de criação, percepção e interação social entre indivíduos que constroem e projetam suas identidades e fortalecem sua cultura. A Língua Brasileira de Sinais é a primeira língua que todo surdo brasileiro deve aprender, pois ela servirá de base para a aquisição da segunda Língua, o Português na forma escrita.

Além de viabilizar todos os processos cognitivos, linguísticos, éticos, artísticos, intelectuais do surdo, a língua de sinais constitui, conforme este modelo, um elemento identificatório entre estes sujeitos. Ao compartilharem uma língua comum, os surdos passam a se reconhecer como membros de uma comunidade singular. (CASARIN, p. 18)

Tornar a Libras reconhecidas e a cultura surda compreendida são passos importantes para desconstruir o pensamento hegemônico, desviando a concepção da surdez como deficiência para uma concepção da surdez como diferença linguística e cultural, essa identidade cultural é constituída por meio da linguagem. A Libras torna-se assim o principal meio de comunicação e apreensão do mundo, mais que isso um instrumento de representação, luta social por reconhecimento e o direito inalienável de comunicação em uma língua própria.

**REPRESENTAÇÕES DA CULTURA SURDA**

Os ouvintes têm certa dificuldade em assimilar que os surdos possuem processos culturais específicos (SÁ, 2006, p.1) e que possuem como traço comum a surdez e a identidade de uma cultura que percebe o mundo visualmente. Conhecer a cultura surda torna-se importante para que evitemos propagar o preconceito que existiu e ainda existe sobre o sujeito surdo. Para quem trabalha na área de educação, principalmente na educação especial reconhecer toda história da cultura surda e suas reinvindicações são atitudes essenciais para que atuemos como agentes que buscam a validação da cultura surda e utilização da Libras por surdos e ouvintes.

A cultura é vista como um terreno de representações sociais onde a diferença é instituída socialmente, aparecendo como terreno de disputas políticas pelo discurso e a representação. O que se pretende é compreender a cultura surda como composta por atores sociais que se organizam para lutar por direitos, interesses e espaço nas diferentes esferas sociais. A especificidade desses atores é a Língua de Sinais, reconhecida por lei como a língua natural dos surdos e essa especificidade deve ser respeitada.

Na cultura surda existem meios de inclusão e também de exclusão de indivíduos, pois esta configuração social está em constante movimento transformando as definições da cultura surda. Dentro dessa configuração, aqueles que não são surdos ou que fazem parte superficialmente da cultura surda tendem a ser excluídos. Entende-se que a superficialidade está relacionada ao domínio da Libras, nesses casos os possíveis excluídos são surdos que não possuem um bom domínio/conhecimento dos sinais, intérpretes que não possuem conhecimento aprofundado sobre técnicas de tradução e interpretação, pessoas que nasceram ouvintes e por algum motivo tornaram-se surdas e que não incorporaram os traços da cultura surda, ouvintes filhos de pais surdos que por sua vez não dominam a Libras e ouvintes que não sabem Libras entre outros. Nestes dois últimos casos, notamos paradoxos em ambos: filhos ouvintes de pais surdos onde os pais não incorporaram a Libras por completo lançando-se mão de uma sinalização mais “caseira” e também com relação a ouvintes que desejam aprender a Libras e não são bem aceitos em rodas de conversas informais e outros contextos do tipo, dificultando ainda mais a absorção e o aprendizado da língua sinalizada.

**INTERAÇÕES ENTRE SURDOS E INDIVIDUOS FLUENTES NA LIBRAS**

Muitos pesquisadores defendem o contato entre crianças e adultos surdos o mais rápido possível, essa aproximação facilita o processo de desenvolvimento da criança, o reconhecimento da sua cultura, além disso, em contato com outros surdos é possível aprimorar o conhecimento na língua, fortalecer a sua identidade surda, conhecer e tornar-se parte da comunidade. A criança deve compreender os aspectos que envolvem a trajetória da identidade e cultura surda para que possa se apropriar dessas bases e torna-se também um sujeito ativo na busca por seus direitos.

No caso das crianças surdas que são filhas de pais ouvintes que não sabem a Libras torna-se imprescindível esse contato da criança com outras crianças e adultos surdos o quanto antes. Normalmente esse primeiro contato com a língua de sinais e primeira interação com surdos acontece nas escolas, pois muitas famílias não conhecem a Línguas de Sinais e não utilizam no cotidiano. Com a estimulação da utilização da Língua de Sinais no ambiente escolar a criança vai adquirir a linguagem (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p.23). Assim, o ambiente escolar deve criar espaços de interação, proporcionando o acesso à Libras de forma significativa e, acima de tudo, empoderando os alunos surdos e valorizando a expressão de seus conhecimentos através da Libras.

As crianças surdas que nasceram em famílias de surdos, possuem a possibilidade de iniciar o contato com a Língua de Sinais nos primeiros meses de idade, sendo que este convívio familiar e social ajuda no desenvolvimento linguístico da criança. Torna-se importante que a criança surda tenha o apoio adequado para adquirir a Língua de Sinais como primeira língua, interagindo e integrando a comunidade escolar na idade apropriada.

De acordo com Barbosa (2009, p. 420):

O grande problema que se coloca, no entanto, é que este grupo de indivíduos surdos que recebem estímulos linguísticos durante toda a sua infância, que recebem a educação infantil cedo e apropriada, que acumulam experiência com o código linguístico sinalizado e a escrita de sinais na mesma quantidade e qualidade que a criança ouvinte, compõe uma expressiva minoria da população surda.

No ensino das crianças surdas destacam-se alguns aspectos tais como o aprendizado através da visualização com a utilização de muitos recursos visuais. Na educação infantil outro desafio que se apresenta é o reconhecimento do profissional que irá efetivar o uso da Libras: o professor instrutor surdo. Na perspectiva da educação inclusiva, é interessante que o professor de Libras seja surdo para fortalecer a construção da identidade surda e para que esse profissional seja um modelo de individuo surdo adulto para as crianças surdas.

No ensino das crianças e adolescentes surdos é importante fazer um histórico das lutas sociais e políticas pelas quais a comunidade surda enfrentou e ainda enfrenta na busca por direitos sociais e educacionais. Nesta perspectiva, a criança que obtiver conhecimento sobre a cultura surda terá no futuro a compreensão que servirá de base para problematização sobre a realidade da comunidade e fortalecimento das lutas sociais por melhores condições para a pessoa surda.

Na pesquisa de Botelho (2010), a autora entende que os professores que atuam em escolas com alunos surdos precisam ser preparados, necessitam conhecer a cultura surda e a língua de sinais, além de compartilhar a língua na sala de aula e na escola, para que seus alunos surdos tornem-se letrados. Nessa perspectiva, os alunos surdos precisam vivenciar a língua de sinais em todo o ambiente escolar de forma viva e compartilhada. A saída possível para o desenvolvimento cognitivo dos alunos surdos é a aceitação total da língua de sinais e também da sua forma de comunicação, em todos os meios, e não apenas no ambiente educacional.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender como os contextos de interações sociais, bem como são as relações sociais entre surdos e ouvintes são atitudes que podem levar o indivíduo surdo a mobiliza-se em prol de sua comunidade buscando direitos sociais e políticas públicas que garantam não só a permanência na escola, na dita escola inclusiva, mas uma permanência que garanta também o conhecimento que será a base para inserção no mercado de trabalho e/ou no ensino superior. O surdo que possui a consciência da sua história atua como porta-voz das narrativas, representando os interesses da cultura surda e assim constrói a sua própria identidade.

No contexto educacional, a compreensão da cultura surda facilita a interação e a comunicação entre surdos e ouvintes, bem como pode criar um ambiente de interação propício para o aprendizado dos alunos surdos de forma significativa. Dessa forma, torna-se imprescindível que os surdos incorporem sua cultura de forma ativa e que tenha sujeitos surdos que sirvam de modelo de individuo surdo. Nesse contexto, é importante que os professores de alunos surdos compreendem a cultura surda e a língua de sinais para que o processo de aprendizado não tenha como entrave a comunicação.

**REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Heloíza. O desenvolvimento cognitivo da criança surda focalizado nas habilidades visual, espacial, jogo simbólico e Matemático. In: QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi (Org.). **Estudos Surdos VI – Série Pesquisas.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009, p. 407-424.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação de surdos – Ideologias e práticas pedagógicas.** 3° Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1998)**. Brasília, DF: Senado, 1988.

**Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de abril, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 20 set. 2017

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, **de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/152182.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

**Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. 2011. Disponível em: <http://librasestudossurdos.blogspot.com/2011/04/lei-n-12319-de-1-de-setembro-de-2010.html>. Acesso em: 25 mai. 2018.

**Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626. htm>. Acesso em: 18 dez. 2017.

CASAIN, Melänia de Melo. **História, comunidade e as representações culturais da surdez.** Centro de Educação - Curso a Distância de Especialização em Educação Especial. UFSC.

DORZIAT, Ana (Org.). **Estudos surdos**: diferentes olhares. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez, sobre ensinar e aprender a Libras**. São Paulo: editora Parábola, 2012.

SÁ, Nídia Limeira de. Existe uma cultura surda? In: **Cultura, poder e educação de surdos.** São Paulo: Paulinas, 2006.

SANTANA, Ana P.; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhadas de lutas sociais e teóricas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n° 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005.

QUADROS, Ronice Müller de; Schmiedt**,** Magali L. P. **Idéias para ensinar Português para alunos surdos.** Brasília, MEC, SEESP, 2006.

STROBEL, Karin. Visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. **Educação Temática Digital - ETD**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 244-252, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/806> Acesso em: 06 mar. 2017.